



QUESTÕES EDUCACIONAIS FUTURAS E A FORMAÇÃO DO ARQUITETO

*Ivan Prado Júnior**
*Levino Bertan***

RESUMO

As discussões atuais na área de Arquitetura e Urbanismo levam, invariavelmente, à reflexão sobre os caminhos do seu ensino. Indo além da contribuição que prestaram alguns temas e categorias amplamente abordados, procuramos aqui tecer algumas considerações à luz das categorias “cidadania”, “planetaridade”, “sustentabilidade”, “virtualidade”, “globalização”, “transdisciplinaridade” e “dialogicidade”, considerando-as como pontos-chave para a reflexão das questões educacionais atuais e futuras, visando estabelecer um paralelo com o contexto do ensino superior, mais especificamente com a formação dos profissionais de Arquitetura e Urbanismo. Acredita-se que o estudo mais aprofundado sobre esses temas, e até mesmo a inserção desses no processo de ensino e aprendizagem, podem contribuir para a formação do arquiteto, que, mais que um agente das transformações positivas dentro de sua comunidade, pode vir a ser um disseminador dos valores éticos, implícitos em cada uma das categorias abordadas.

PALAVRAS-CHAVE: Arquitetura; Educação; Filosofia; Cidadania.

ABSTRACT

The current discussions in the architecture and urbanization area take, invariably, to the reflection on the roads of your teaching. Going besides the contribution that you/they rendered some themes and categories thoroughly approached, he/she tried to weave some considerations to the light of the categories “citizenship”, “planetarity”, “sustainability”, “virtuality”, “globalization”, “transdomain” and “dialogical meaning”, considering them as point-key for the

*Arquiteto e Urbanista. Docente do Curso de Arquitetura e Urbanismo do Centro Universitário Filadélfia (UniFil). Mestre em Educação pela Universidade Estadual de Londrina (UEL).

** Doutor em Filosofia. Docente do Programa de Mestrado em Educação da Universidade Estadual de Londrina (UEL) e da Universidade do Oeste Paulista (UNOESTE) de Presidente Prudente - SP.
E-mail: invanarq@aol.com

reflection of the current and future educational subjects, seeking to establish a parallel one with the context of the higher education, more specifically with the professionals' of Architecture formation and Urbanization. It is believed that the study more deepened on those themes and even the insert of those in the teaching process and learning can contribute to the architect's formation, that more than an agent of the positive transformations inside of your community, it can come to be a circulator of the implicit ethical values in each one of the approached categories.

KEY-WORDS: Architecture; Education; Philosophy; Citizenship.

INTRODUÇÃO

A idéia de escrever este texto foi deflagrada pela leitura das páginas iniciais do recente livro de Moacir Gadotti, "Perspectivas Atuais da Educação", editado em 2000, que despertou interesse em sua exploração, pois o passeio do autor pelos desafios colocados com relação à educação é extremamente provocante e merecedor de reflexão sobre a prática do docente formador de profissionais e cidadãos.

Vale ressaltar que os assuntos abordados no livro permitem a realização de diversas conexões com o que vem sendo discutido e no que ainda pode avançar na discussão a respeito das questões do ensino superior que, conforme a LDB (1996), tem por objetivos "o aperfeiçoamento da formação cultural do ser humano, capacitá-lo para o exercício de uma profissão e prepará-lo para o exercício da reflexão crítica e a participação na produção, sistematização e superação do saber" (Cap. XII, Art. 49).

Nesse contexto, a partir da leitura de diversas publicações relacionadas à área profissional e atividade da Arquitetura e Urbanismo, puderam ser identificadas muitas das categorias trabalhadas por Gadotti que, apresentadas claramente ou não, despertam a preocupação com os destinos da formação do arquiteto em uma sociedade em constante transformação.

GADOTTI (2000) afirma, juntamente com seus colaboradores, que as categorias "contradição", "determinação", "reprodução", "mudança", "trabalho" e "práxis", que aparecem freqüentemente na literatura pedagógica contemporânea e que apontam para a perspectiva educacional da "pedagogia da práxis", já constituem um importante referencial para a explicação do fenômeno da educação e para a prática do educador.

Portanto, pode-se dizer que são categorias já amplamente discutidas e é

incontestável a grande contribuição que prestaram à leitura do contexto da educação atual. Ainda, esse conjunto pode ser ampliado, conforme proposto na apresentação do referido livro, com a inclusão de outras categorias “para pensar a educação do futuro” (GADOTTI, 2000, p.xiv).

A partir dessa observação, pretende-se neste texto realizar uma aproximação inicial com as categorias “cidadania”, “planetaridade”, “sustentabilidade”, “virtualidade”, “globalização”, “transdisciplinaridade” e “dialogicidade”, levantadas por Gadotti como pontos-chave para a reflexão das questões educacionais futuras, além de estabelecer um paralelo com o contexto do ensino superior, mais especificamente com os cursos de graduação em Arquitetura e Urbanismo.

Através da reflexão sobre os caminhos do ensino de Arquitetura e Urbanismo à luz dessas categorias, procuram-se tecer algumas considerações como um estudo mais aprofundado sobre esses temas, e até mesmo a inserção deles no processo de ensino e aprendizagem, podem contribuir para a formação do arquiteto.

Cidadania

A categoria cidadania pode ser entendida como a tomada de consciência e a vivência de direitos e deveres, como o exercício constante de participação civil, social e política. Na educação, exercer a cidadania é ter direito ao conhecimento. Portanto, “é preciso haver uma educação para a cidadania” (MANZINICOVRE, 1995, p.66).

Ser cidadão é ser sujeito de si mesmo, é interação, é assumir-se a si mesmo, em um relacionamento confiante e participativo na comunidade. A educação para a cidadania impulsiona o desenvolvimento do ser humano, de suas potencialidades e capacidades, respeitando sua dignidade, seu projeto histórico e sua plena realização como pessoa concreta. Cidadania não pode ser considerada algo pronto, mas uma construção permanente que visa a realização plena da pessoa humana.

O arquiteto, como cidadão, deve estar atento às aspirações e necessidades da sociedade, ser capaz de compreender as diferenças, contradições e os problemas que se apresentam cada vez mais numerosos e complexos. A formação do arquiteto deve estar voltada, acima de tudo, para a formação de cidadãos. Precisa “(...)sensibilizar o futuro profissional para suas responsabilidades éticas e os direitos humanos, para o desenvolvimento de sua capacidade crítica e inserção criativa na cultura de seu tempo” (GUEDES, 1998, p.01).

O CESU/MEC destaca aspectos importantes relacionados à formação escolar do arquiteto e urbanista, e também relacionados à cidadania, que devem

ser estimulados, tais como: “(...) criatividade e análise crítica e incluir dimensões éticas e humanísticas, desenvolvendo valores para a cidadania; e oferecer, ainda, sólida formação básica, preparando o aluno para enfrentar os desafios das rápidas transformações da sociedade” (*apud* MERLIN, 1998, p.104).

Desde o início do curso, o estudante deve ser estimulado a praticar a autocrítica e a refletir sobre a sua futura ação profissional junto à sociedade. Deve estar consciente de que o arquiteto não pode ser um profissional utilizado somente como um meio de concretizar ações de determinados grupos sociais dominantes ou governos, ou ser apenas aquele que busca soluções imediatas para soluções das comunidades mais carentes.

O arquiteto, como cidadão, não pode se limitar a apenas atender às demandas de um grupo ou de outro; seu papel social é mais amplo que isso. Suas ações precisam ser, não só de respostas aos problemas, mas de antecipação a estes, democraticamente a serviço de toda a sociedade, objetivando a superação das desigualdades e a melhoria das condições de vida de todos, tendo em vista o presente e o futuro, respeitando as raízes históricas, culturais, sociais e econômicas.

Valores como justiça, ética, liberdade, igualdade, respeito ativo, solidariedade, diálogo, identidade, multiculturalidade, etc., podem ser trabalhados ao longo de todo o período de formação do profissional, no estudo da história, da teoria, assim como na criação de espaços arquitetônicos que podem ser desenvolvidos tendo esses conceitos como temas geradores ou como a própria essência.

Planetaridade

No início dos anos 70, de acordo com FRANCO (1997), a visão ecossistêmica chegou à escala planetária com a publicação do livro *Gaia: Uma Nova Visão da Vida na Terra*, de autoria de James Lovelock, cuja teoria considera o planeta Terra um gigantesco ser vivo, do qual o gênero humano participa como um simples componente.

O crescimento do conhecimento humano, as descobertas científicas e o avanço tecnológico propiciaram à humanidade uma oportunidade diferente de ver e entender o planeta em que habita. Cria-se a consciência de que qualquer ação sobre partes mesmo ínfimas da Terra repercutirá sobre todos que nela habitam. A humanidade sabe que, ao destruir o planeta, estará se auto-destruindo.

Essa visão sistêmica de mundo, no qual todos os elementos, incluindo as sociedades humanas, interagem numa gigantesca rede de relações, possibilita o reconhecimento de que o mundo é uma comunidade global, aquilo que GADOTTI (2000) chama de “uma sociedade civil planetária”.

“O sistema planetário protege o que é estável, ainda que esteja sempre aberto às mudanças quando a instabilidade se manifesta, utilizando a mudança para criar novas unidades e novas variedades, as quais lhe proporcionam, entre outras coisas, a capacidade de recuperação para sobreviver aos desastres” (SHATOURIS *apud* FRANCO, 1997, p102).

A natureza, como pontua Lovelock, “cria, mantém, altera e transforma o seu ambiente” (*apud* FRANCO, 1997, p.99) e funde-se com a sociedade em uma totalidade organizada, em um modelo dinâmico que pode ser comparado mais a um artista que a um engenheiro, pois é um processo criativo e imperfeito.

As conseqüências para a educação dessa nova percepção da Terra como uma única comunidade podem ser sentidas também no campo da Arquitetura. Ainda, de acordo com FRANCO (1997), em países desenvolvidos como Japão e EUA, percebe-se uma tendência para a integração das disciplinas, em uma forma de trabalho denominada “Arquitetura Total”. Essa tendência faz parte das transformações conceituais derivadas da visão ecossistêmica e da Hipótese Gaia e pode ser considerada como vertente holística no processo de criação arquitetônica.

Sustentabilidade

De acordo com GADOTTI (2000), a educação para a cidadania planetária, formal (na escola) como a não-formal (em toda a sociedade), deve levar à construção de uma cultura que vise o equilíbrio dinâmico entre os seres humanos e entre estes e a natureza, ou seja, da sustentabilidade.

“A cultura da sustentabilidade deve nos levar a saber selecionar o que é realmente sustentável em nossas vidas, em contato com a vida dos outros. Só assim seremos cúmplices nos processos de promoção da vida. Criar vida é, portanto, criar a cultura da sustentabilidade” (GUTIÉRREZ *apud* GADOTTI, 2000, p.80).

GADOTTI (2000, p. 80) afirma que “o desenvolvimento sustentável tem um componente formidável: a preservação do meio ambiente depende de uma consciência ecológica, e a formação da consciência depende da educação”.

A sustentabilidade é um assunto que vai ganhando espaço nas discussões teóricas e propostas práticas, também no campo da ARQUITETURA e URBANISMO. Cada vez mais se estuda sobre o equilíbrio ecológico e o desenvolvimento sustentável do ambiente natural e construído, em contraponto às ações humanas que levam à destruição, degradação, deterioração do planeta, que predominaram nos últimos séculos. A UNESCO e UIA - União Internacional dos

Arquitetos - destacam na *Carta de La Formacion en Arquitectura*, de 1996, a necessidade da formação do arquiteto ser fundamentada no equilíbrio ecológico e desenvolvimento sustentável do ambiente construído, e a responsabilidade pela melhora na educação dos futuros arquitetos para habilitá-los ao trabalho por um desenvolvimento sustentável em qualquer cultura.

Nesse sentido, diversos aspectos da formação do arquiteto podem ser fundamentados naquilo que Gutiérrez chama de “ecopedagogia” (*apud* GADOTTI, 2000), que é uma pedagogia democrática e solidária voltada para a promoção da aprendizagem do sentido das coisas a partir da vida cotidiana, das relações consigo mesmo e com o mundo. Essa pode ser vista, tanto como um movimento pedagógico voltado para aspectos ecológicos, quanto como uma abordagem curricular, no sentido de incluir elementos voltados para a sustentabilidade e como teoria e prática educacionais, ao contribuir com a formação teórica e prática do arquiteto, capacitando-o a estabelecer o equilíbrio harmônico entre o homem e o meio ambiente através de sua ação.

Virtualidade

Segundo GADOTTI (2000), esse tema implica em toda a discussão atual sobre o uso de computadores no processo de ensino e aprendizagem e sobre educação a distância. O mundo hoje vive definitivamente a era da informação, garantida pelo avanço e disseminação das novas tecnologias.

Muitas conseqüências podem haver para a educação, para a escola, para o professor e para a aprendizagem, advindas da grande quantidade de informação, que são apenas “parcelas dispersas do saber” (MORIN, 2000, p.16), da obsolescência do conhecimento e da pluralidade dos meios de comunicação. Esses fatores estão gerando um novo espaço educacional, onde predomina a virtualidade.

Existem questionamentos sobre se a efetivação desse espaço educacional, o espaço virtual, irá contribuir com a educação ou irá substituir a escola e o professor. As conseqüências serão positivas ou negativas? A educação está diante de um fato que não pode ser desconsiderado. Agora, além da escola, o espaço domiciliar e o espaço social se tornaram educativos, potencializados pelas tecnologias recém desenvolvidas. O conhecimento é disseminado com uma velocidade antes inimaginável, a informação está em todo o lugar, o tempo todo, e a formação pode ser continuada, constante por toda a vida, uma vez que as barreiras físicas foram eliminadas.

Esses fatos vêm causando apreensão na escola formal, como local privilegiado da educação, e nos professores, que temem ser substituídos pelos computadores. O certo é que tanto a escola quanto o professor precisam se transformar.

De acordo com CHAVES (*apud* GADOTTI, 2000), a escola deve ser o local em que a informação é discutida, criticamente analisada, avaliada, relacionada com valores e interesses, inserida no contexto do planejamento da vida do indivíduo, dos grupos sociais; e o professor, aquele que assume o papel de facilitador da aprendizagem, o de catalisador que, formulando perguntas pertinentes, provoca a reflexão, além de ser o contagiador, que entusiasma e motiva os alunos a conhecer mundos novos.

Recursos computacionais vêm sendo empregados largamente há mais de duas décadas como um recurso para os profissionais de ARQUITETURA e URBANISMO. Entretanto, nos últimos anos a disseminação de informação proporcionada pela Internet, as ferramentas CAD (desenho auxiliado por computador) e programas de edição gráfica introduziram o computador definitivamente no contexto da formação do arquiteto, inclusive como disciplina curricular. Entretanto, pedagogicamente, no momento não há unanimidade quanto a seus efeitos benéficos.

Um problema que vem sendo percebido nos cursos de arquitetura é que os alunos, em muitos casos, se deixam levar pelo fascínio das máquinas. Os poderosos recursos CAD, a facilidade em reproduzir peças gráficas, os passeios virtuais antes do projeto se concretizar e outros recursos, ao mesmo tempo em que se constituem em ferramentas importantes na facilitação dos processos de trabalho do arquiteto, são extremamente sedutores e causam a ilusão de que o computador é capaz de fazer tudo. Nesse caso, a Arquitetura corre o risco de se transformar em apenas um subproduto da tecnologia e, certamente, haverá prejuízo na formação daqueles que não compreendem que o computador é comandado pelo homem e é incapaz de substituí-lo em sua criatividade, criticidade, sensibilidade, consciência e ética. O virtual jamais será o real, apenas poderá ser parte dele.

Portanto, é fundamental que, além da escola e professores, os alunos estejam conscientes que os computadores não pensam (ainda!?) e devem assumir o papel de sujeitos ativos de sua própria formação, transformando informação em conhecimento e em consciência crítica.

Globalização

No mundo globalizado de hoje, as transformações que acontecem de forma cada vez mais rápida e acelerada, em todas as dimensões: política, econômica, social e científica, provocam repercussões em todas as organizações, e, de maneira especial, nas instituições de ensino superior. As decisões sobre o que acontece no nosso cotidiano, muitas vezes, são tomadas distantes de nós, por

organismos e grupos internacionais. Para se pensar sobre a educação do futuro, é preciso refletir sobre o processo de globalização da economia, das comunicações e da cultura.

A globalização econômica, analisando o próprio significado da palavra, sugere uma nova economia de mercado, onde predomina a cooperação e solidariedade, uma espécie de mundialização do mercado, distribuindo custos e benefícios com equidade. Entretanto, o que se vê é uma globalização competitiva, predadora, sem solidariedade.

A globalização das comunicações, possibilitada pelo avanço nas tecnologias de telefonia, Internet e transmissão de dados, e também a larga disseminação da língua inglesa, é a mais percebida das facetas desse fenômeno. Indubitavelmente, vem provocando fortes reflexos na educação.

No livro “Por Uma Outra Globalização”, SANTOS (2001) considera que a grande perversidade da globalização reside na construção de um único espaço unipolar de dominação. A tirania do dinheiro e da informação concentra capital e poder nas mãos de uma minoria. A tônica é a construção de um novo universalismo, bom para todos.

A esse respeito, GADOTTI assim se expressa:

“A globalização em si não é problemática, pois representa um processo de avanço sem precedentes na história da humanidade. O que é problemática é a globalização competitiva onde os interesses do mercado se sobrepõem aos interesses humanos, onde os interesses dos povos se subordinam aos interesses corporativos das grandes empresas transacionais” (2000, p.78).

A globalização na educação transforma-se em um desafio a ser enfrentado. De acordo com MORIN (2000), é necessário buscar o desenvolvimento da compreensão multidimensional para enfrentar problemas cada vez mais complexos, em que a superespecialização e o saber fragmentado não são suficientes para resolver tais problemas.

Na área da Arquitetura e Urbanismo, a globalização vem se refletindo na discussão a respeito das diretrizes curriculares para os cursos, fortemente influenciada pelas recomendações da UNESCO/UIA, de 1996, que estabelecem bases de cunho global para a formação dos arquitetos. As demandas geradas pelo fenômeno da globalização também têm sido tema de trabalhos acadêmicos, assim como de trabalhos profissionais, por isso o arquiteto, em seu processo de formação, deve desenvolver habilidades para a compreensão dos desdobramentos desse fenômeno, integrar e contextualizar as solicitações de uma sociedade globalizada, e dar o devido valor ao local, dentro do global.

Transdisciplinaridade

O termo transdisciplinaridade, segundo FRANCO (1997), foi previsto pelo físico Basarab Nicolescu e significa o encontro da ciência moderna com a tradição da transmissão da sabedoria. “A transdisciplinaridade vai além da inter, pluri, e multidisciplinaridade, as quais apenas integram as várias disciplinas dos ramos das ciências e do conhecimento” (p.91).

A disciplina, como categoria organizadora do conhecimento científico, da forma como é conhecida, “institui a divisão e especialização do trabalho e responde à diversidade das áreas que as ciências abrangem” (MORIN, 2000, p. 105). A organização na qual se encontram as diversas disciplinas no contexto educacional estabelece limites e domínios que encerram a constituição, as técnicas e teorias que lhe são próprias.

“A fronteira disciplinar, sua linguagem e seus conceitos próprios vão isolar a disciplina em relação às outras e em relação aos problemas que se sobrepõem às disciplinas. A mentalidade hiperdisciplinar vai tornar-se uma mentalidade de proprietário que proíbe qualquer incursão estranha em sua parcela de saber” (MORIN, 2000, p.106).

Historicamente, entretanto, “a disciplina não nasce apenas de um conhecimento e de uma reflexão interna sobre si mesma, mas também de um conhecimento externo. Não basta, pois, estar por dentro de uma disciplina para conhecer todos os problemas aferentes a ela” (MORIN, 2000, p.105). Assim, a disciplina precisa ser vista como parte do conjunto de elementos interligados de um todo, coordenados entre si de forma que funcionem como uma estrutura organizada, no sentido de avançar a ciência e o conhecimento.

A exigência de uma perspectiva global para a compreensão da multiplicidade de perspectivas particulares, conseqüentes da globalização, e a visão ecológica do Planeta como um organismo, em que as ações humanas e o meio ambiente se inter-influenciam numa simbiose indissolúvel, estão abrindo novos caminhos para a educação.

“A fragmentação vai sendo gradativamente substituída por uma análise que leva em conta muitos e variados aspectos. O pensamento fragmentado que simplifica as coisas e destrói a possibilidade de uma reflexão mais ampla sobre questões da própria sobrevivência da humanidade e do Planeta vai, aos poucos, sendo substituída pela *transdisciplinaridade*” (GADOTTI, 2000, p.243).

Na área da Arquitetura, afirma FRANCO (1997), teorias como a do *Environmental Design* (Desenho Ambiental) e os estudos da ecologia, têm contribuído para uma visão sistêmica, na qual a abordagem dos fenômenos e eventos se dá de maneira inter-relacionada e interdependente. Essa visão, por sua

vez, pode ser desenvolvida nos alunos a partir da ruptura dos esquemas tradicionais curriculares, em que as disciplinas caminham separadamente, em um curso que tenha uma “estrutura unitária, caracterizada por uma totalidade aberta, flexível, pronta à adaptação permanente para atender a novas necessidades e possibilidades da sociedade em relação à concepção e realização dos espaços necessários a seu contínuo aperfeiçoamento e transformação” (GUEDES, 1998, p. 02); e do estímulo à vivência em situações reais, desafiadoras e reflexivas, que irão exigir dos alunos a busca de conhecimento através de relações, transformações e da expansão daquilo que aprenderam.

Dialogicidade

De acordo com KONDER (1984, p.08), dialética significa “o modo de pensarmos as contradições da realidade, o modo de compreendermos a realidade como essencialmente contraditória e em permanente transformação”, ou seja, dialogicidade implica em instabilidade, mutabilidade e permanente transformação da realidade.

Segundo MORIN (2000, p.96), “a dialógica permite assumir racionalmente a inseparabilidade de noções contraditórias para conceber um mesmo fenômeno complexo”. O princípio dialógico une dois princípios ou noções que deveriam excluir-se reciprocamente, mas são indissociáveis em uma mesma realidade.

O sujeito da Arquitetura é o homem, um ser inacabado, que tem a capacidade de evoluir, em um constante vir-a-ser. Esse caráter instável, dinâmico e contraditório da condição humana constitui um estímulo desafiador ao pensamento para a ação do arquiteto. É fundamental em sua formação desenvolver a consciência de que é um ser que não só participa, mas interfere ativamente na realidade. É necessário para isso, desenvolver habilidades para utilizar os instrumentos adequados para a ação.

GUEDES (1998, p.02) afirma que “o projeto, instrumento por excelência da *práxis* arquitetônica, articula, dialeticamente, teoria e prática, razão e sensibilidade e abrange a concepção do espaço construído e sua realização. O arquiteto é um construtor e esse fato deve refletir-se em sua formação”.

Mais do que receber conhecimentos consolidados e sistematizados, o aluno precisa ser estimulado a aprender a pensar, desenvolvendo aprendizado autônomo de seu saber e responsabilidades, de seu estar no mundo e de seu próprio destino.



Concluindo...

A cada dia, a humanidade, em constante mudança e evolução, produz novos temas ávidos de dialogar com a educação. Essas categorias colocadas por Gadotti são universais e amplas, permitem vários enfoques; são ricas e permitem desdobramentos em áreas específicas do conhecimento, como a Arquitetura.

Se existem relações com a Arquitetura, se é possível que essas questões possam servir como base ou desafio para a ação do arquiteto, com certeza devem ser amplamente discutidas ao longo de sua formação. A tomada de consciência da realidade do que há por detrás desses temas é profundamente formadora e transcende ao mero domínio dos conteúdos curriculares.

Por sua vez, o arquiteto, através da sua *práxis*, pode ser não apenas um agente das transformações positivas dentro de sua comunidade, seja ela local ou global, mas pode vir a ser um disseminador dos valores éticos implícitos em cada uma das categorias abordadas.



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BRASIL. Lei N.º 9.424, de 24 de dezembro de 1996. Dispõe sobre as diretrizes e bases da educação nacional. **LEX**: coletânea de legislação e jurisprudência, São Paulo, v.60, p.3763-3768, dez. 1996.
- FRANCO, Maria de Assunção Ribeiro. **Desenho ambiental**: uma introdução à arquitetura da paisagem com o paradigma ecológico. São Paulo: Annablume, 1997.
- GADOTTI, Moacir. **Perspectivas atuais da educação**. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 2000.
- GUEDES, Joaquim (Coord.). **Proposta de diretrizes gerais para cursos de graduação em Arquitetura e Urbanismo**. São Paulo: FAUUSP, 1998.
- KONDER, Leandro. **O que é dialética**, 9.ed. São Paulo: Brasiliense, (Coleção Primeiros Passos, v.23), 1984.
- MANZINI-COVRE, Maria de Lourdes. **O que é cidadania, e.ed.** São Paulo: Brasiliense, 1995.
- MERLIN, José Roberto. Diretrizes curriculares para os cursos de Arquitetura e Urbanismo. **Revista da Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior**, v.16, n. 22, p.101-114, abr. 1998.
- MORIN, Edgar. **A cabeça bem-feita: repensar a reforma, reformar o pensamento**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.
- PORTARIA N.º 1.770, de 21 de dezembro de 1994. *In*: SEMINÁRIO NACIONAL SOBRE O ENSINO DE ARQUITETURA, 2, 1996. **Anais**, v.15. p. 95-98. Salvador: ABEA, 1994.
- SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização**. 6.ed. São Paulo: Record, 2001.
- UNESCO/UIA. Carta de la Formacion en Arquitectura. *In*: CESU/MEC. **Diretrizes curriculares: Arquitetura e Urbanismo**. Brasília, 1998.